

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, O POUCO QUE VALE MUITO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DO PBF NA VIDA DE SEUS BENEFICIÁRIOS DO BAIRRO MOÊDA NO MUNICÍPIO DE ASSARÉ-CE

BOLSA FAMÍLIA PROGRAM, THE VERY LITTLE THAT VALLEY: AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF THE BFP IN THE LIFE OF THEIR BENEFICIARIES OF MOEDA NEIGHBORHOOD IN THE CITY OF ASSARE – CE.

ARRAIS, Mariana M*;

Faculdade Leão Sampaio

NASCIMENTO, Rita F. A.

Faculdade Leão Sampaio

RESUMO: O presente trabalho propõe-se discutir acerca do Programa Bolsa Família no bairro Moêda na cidade de Assaré-CE, propondo uma análise sobre a representatividade do Programa Bolsa Família na vida dos seus beneficiários, sob uma ótica, primeiramente, teórica e posteriormente, da visão das famílias beneficiárias do programa residentes no bairro. O interesse pela temática se deu a partir do estágio supervisionado realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na cidade de Assaré-CE, que teve duração de dois semestres. Para a constituição deste, foram efetuadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, esta última sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com um total de quinze entrevistadas, de onde surgiram os dados qualitativos de fonte primária do presente trabalho. No início, faz-se um breve contexto histórico da Assistência Social Brasileira; no segundo momento, apresenta-se um pouco sobre o Programa Bolsa Família, o CRAS e atuação interdisciplinar dos profissionais do CRAS no que tange a sua prática com os beneficiários do programa e por fim analisamos a representatividade do Programa Bolsa Família na vida dos beneficiários, em que vê-se que para a grande maioria o programa é a única renda garantida para o sustento da família e que ainda há falta de preparação dessas famílias por parte do Estado, para que as mesmas compreendam seus direitos, compreendam o que o programa oferece realmente.

Palavras-Chave: Assistência Social. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Programa Bolsa Família. Beneficiários.

ABSTRACT: This paper proposes to discuss about the Bolsa Família Program in currency neighborhood in the town of Assaré-CE proposes that an analysis of the representativeness of the Bolsa Família in the lives of its beneficiaries, under a light, first, theoretical, and later vision of families benefiting from the program residing in the neighborhood. The interest in the area occurred from supervised internship conducted at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the town of Assaré -CE, which lasted two semesters. For this constitution, literature searches were performed, documentary and field, the latter being carried out through semi-structured interviews with a total of fifteen interviewed, from which

*Mariana Matias Arrais

Endereço para correspondência: Rua Vereador Francisco de Assis Freitas, 200 – Moêda Assaré/CE
E-mail: arraismariana@hotmail.com.

sprang the primary source of qualitative data of this study. Earlier, makes a brief historical context of the Brazilian Social Assistance, the second time, it presents a little on the Bolsa Família Program, the CRAS and interdisciplinary professionals from CRAS regarding their practice with program beneficiaries and finally we analyze the representativeness of the Bolsa Família in the lives of beneficiaries, they see that for the vast majority the program is the only guaranteed income to support the family and that there is still lack of preparation of these families by the state, so that they understand their rights, understand what the program offers really.

Keywords: Welfare. Reference Center for Social Assistance (CRAS). Bolsa Família. Beneficiaries.

INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista é permeada por inúmeros aspectos que favorece mais a burguesia, e deixando a maioria das pessoas em situação de pobreza, miséria e fome, sofrendo com as desigualdades sociais e esperando uma atitude por parte do Estado, que muitas vezes ao invés de garantir direitos os transformam em ajuda ou assistencialismo.

É nesse contexto de desigualdade social e políticas sociais para a sua superação que surge a iniciativa da pesquisa aqui apresentada. Percebe-se que desde que houve a consolidação do sistema capitalista que a sociedade se tornou desigual e dividida em classes, surgindo nesse momento uma das maiores expressões da questão social a pobreza, que assola nosso país desde seu nascimento.

Em decorrência da pobreza e da vulnerabilidade social existente, viu-se a necessidade de criar políticas que viessem a superar tal problema. De início a vulnerabilidade social foi tratada como algo natural, necessitando apenas de caridade e benevolência. Como isso não foi o suficiente veio à necessidade da entrada do Estado na assistência social, onde criou desde tímidas políticas sociais até as políticas de transferência de renda, tendo

como seu maior representante no século XXI o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 como forma de auxílio às famílias que se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza. No intuito de aprender mais sobre o Programa Bolsa Família, assim como analisar a sua representatividade na vida dos seus beneficiários, surge a iniciativa de aqui apresentar a pesquisa tratada.

O estudo que aqui se apresenta tem como objetivo central analisar a representatividade do Programa Bolsa Família na vida de seus beneficiários residentes no bairro Moêda, na cidade de Assaré-CE e especificamente analisar o que o programa proporciona aos seus usuários, identificando o entendimento das famílias sobre o programa e como tudo isso pode influenciar e/ou modificar a vida de cada família beneficiária, tanto no que tange à superação de sua condição de vulnerabilidade social como de sua permanência na situação.

Os Estágios Supervisionados I e II no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS na cidade de Assaré-CE, proporcionaram um contato com as práticas e a realidade da Política de Assistência Social e Proteção Social Básica de Assaré, e nesse contexto foi possível observar cotidianamente o funcionamento e a presença constante dos beneficiários

em busca de informações e serviços do Programa Bolsa Família que funcionava no mesmo prédio do CRAS, surgindo o interesse de pesquisar a temática, buscar fontes teóricas para entender como surge a problemática da pobreza e como o Estado começa a intervir nela, além de buscar na prática o que representa o Programa Bolsa Família na vida de seus beneficiários que residem em um bairro pobre que não oferece muitas oportunidades de superação para a situação de pobreza.

Assim, faz-se necessário apresentar a temática apreendida através de um percurso teórico com leituras e reflexões da mesma, debates e estudos realizados com profissionais que trabalham na área e através de uma pesquisa de campo, a qual buscou entender a temática de acordo com os seus beneficiários que a vivenciam no seu cotidiano.

Tem-se uma análise do Programa na ótica das famílias beneficiárias, no qual se verifica o entendimento das mesmas sobre o programa, elucida-se sobre os objetivos e condicionalidades na visão das famílias e todo o seu entendimento no geral sobre a temática.

É de suma relevância os depoimentos e as informações das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do bairro Moêda na cidade de Assaré, pois são imprescindíveis para a realização da discussão e posterior análise e constituição

da pesquisa. Busca-se através destes depoimentos compreender a temática e de que forma esse programa influencia o contexto social de uma família e como as famílias o entendem, para que assim se possa através da pesquisa teórica e prática compreender a temática de forma mais abrangente e significativa.

Dessa maneira, organizamos a pesquisa dentro de um roteiro investigativo, com caráter descritivo-exploratório e com apreensões teóricas e práticas sobre a temática, para que assim facilite a compreensão da representatividade do Programa Bolsa Família em um bairro pobre e sem oportunidades de superação da condição social.

A apreensão da temática de forma prática foi elaborada através de pesquisas estruturadas, norteadas por um roteiro específico, realizada com quinze entrevistadas *in loco*. Mostra-se, portanto, neste trabalho monográfico, a investigação qualitativa e embasada em pesquisas bibliográficas e documentais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para analisar a representatividade e as prováveis modificações que o Programa Bolsa Família possibilita na vida de seus beneficiários, se faz necessário desenvolver uma pesquisa aprofundada tanto no que se refere à pesquisa bibliográfica como também à pesquisa exploratória que “[...] tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2010, p.27), tendo em vista apreender uma dimensão macro social da realidade, instigando-se a compreender e trazer a tona possíveis melhorias e mudanças na vida dos usuários.

Não se pode deixar de evidenciar como se elabora uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010, p.29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais científicos. Todavia, passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet.

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a representatividade do

Programa Bolsa Família na vida dos seus beneficiários, bem como analisar o que o programa proporciona aos seus usuários, identificar o entendimento das famílias sobre o programa e como tudo isso pode influenciar e/ou modificar a vida de cada família beneficiária.

Nossa pesquisa foi datada nos meses de outubro e novembro de 2012 e realizou-se no bairro Moêda, na cidade de Assaré/CE, com os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes neste bairro e que são acompanhadas pelos técnicos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, da cidade de Assaré – CE.

De um total de 187 famílias beneficiárias no bairro Moêda, a pesquisa foi realizada com uma amostra de 15 famílias, representando um total de 8% de famílias. No ato da pesquisa foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecimento que foi devidamente assinado por um representante de cada família participante e pelo pesquisador.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, exploratória e qualitativa, sendo aprofundada em campo e utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista não estruturada, que de acordo com Richardson (2008, p.208):

[...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais

relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversa guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa.

Usa-se este tipo de instrumento de coleta de dados no intuito de entrar em contato com os beneficiários, nos possibilitando observar e registrar todo o seu relato, e buscando compreender através de suas respostas o objetivo desse estudo e, também, apreender todas as mudanças que o Programa Bolsa Família proporcionou na vida dos beneficiários residentes no bairro Moêda.

É válido destacar que o Marxismo nos deu subsídios para nossa investigação e que nos possibilita compreender a realidade em sua globalidade, desmistificando as contradições sociais que permeiam nossa sociedade, nos possibilitando superar o real aparente, desvendando de fato a finalidade que esse programa é utilizado.

Entende-se por Marxismo, na visão de Minayo (2010, p. 24):

Marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante. Enquanto método propõe uma

abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.

Assim, compreende-se que a sociedade e suas relações sociais são heterogêneas, permeadas por diversos fatores que influenciam diretamente a vida das pessoas, e é a partir do discernimento desses fatores econômicos, sociais, culturais e históricos que entenderemos a real situação da vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

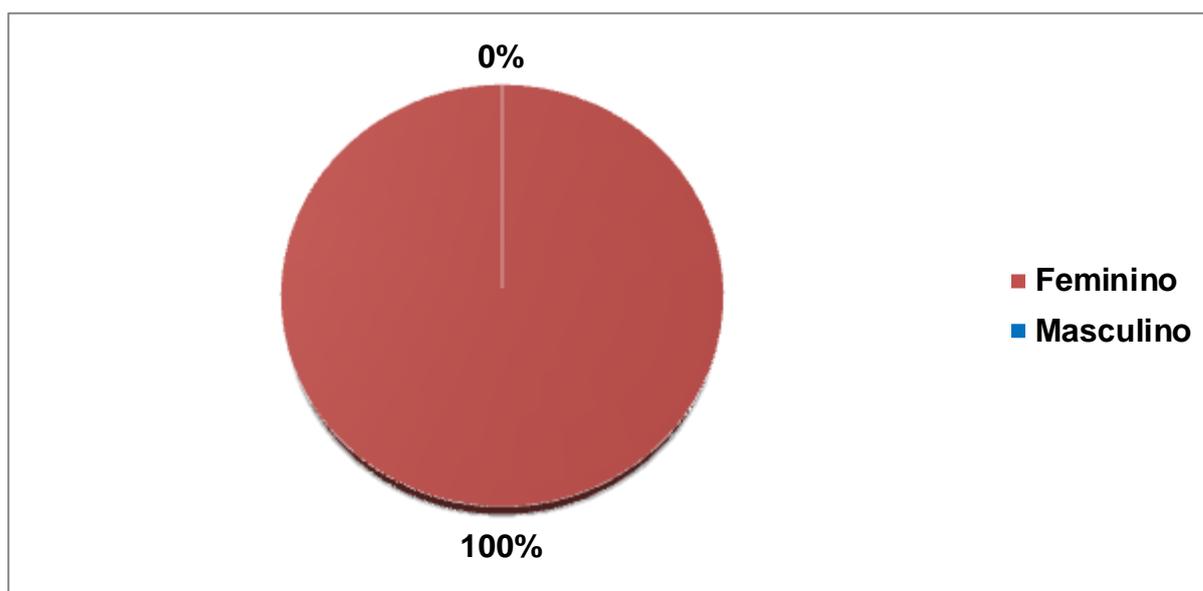
Em vista do que já foi citado, a nossa pesquisa torna-se importante, pois aborda discussões de um programa de transferência de renda e busca a compreensão da representatividade deste tipo de programa na reprodução da vida social dos seus beneficiários que sofrem com inúmeros impactos do capitalismo, na ótica neoliberal, e das Políticas Sociais, cada vez mais, seletivas e fragilizadas.

AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Na perspectiva de compreender a representatividade do Programa Bolsa Família para os seus beneficiários no

bairro Moêda, na cidade de Assaré-CE, faz-se necessário realizar entrevistas com as famílias beneficiárias do Programa, para que através de suas falas e relatos compreendamos o que um programa de transferência de renda representa e sua importância no contexto de uma sociedade capitalista permeada pelo neoliberalismo e com a assistência social, muitas vezes, entendida com ato de benevolência e/ou paternalismo e não como um direito.

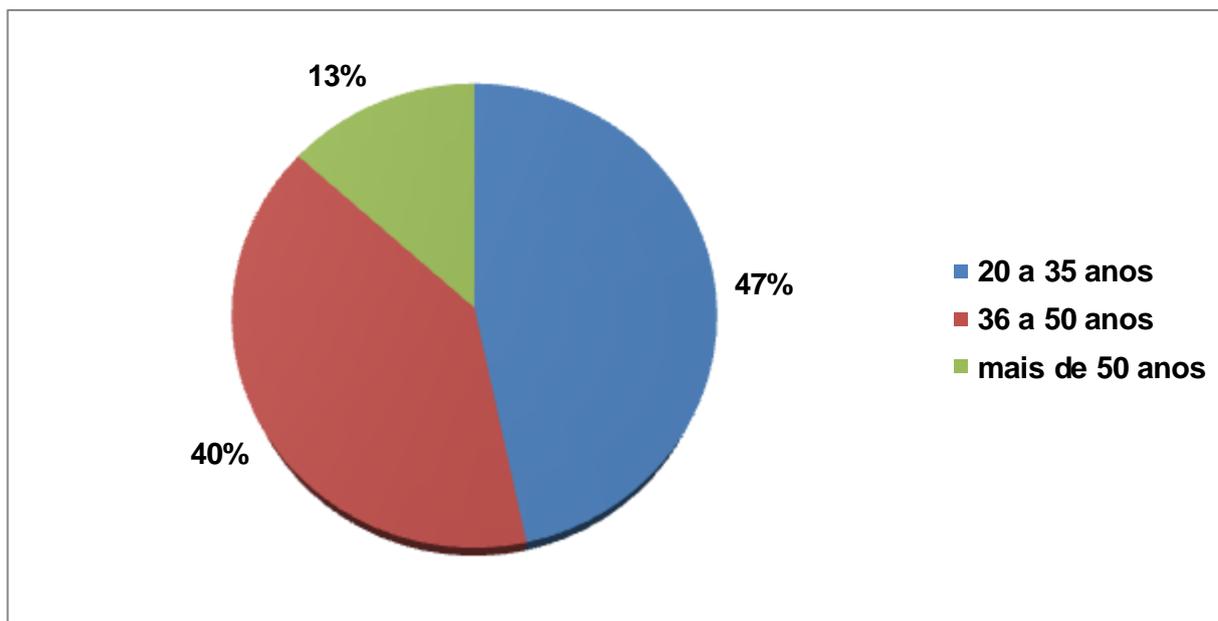
GRÁFICO 01: GÊNERO



Diante do gráfico percebemos que para a entrevista participaram apenas mulheres que representam as famílias beneficiárias. É raro encontrar um homem como titular do Programa, ainda há um grande estereótipo na sociedade que vê na figura feminina como a cuidadora do lar, como a parte sensível e cuidadosa da família.

GRÁFICO 02: IDADE

agrícola, as mesmas aposentam-se aos 55



Fonte: Primária, 2012.

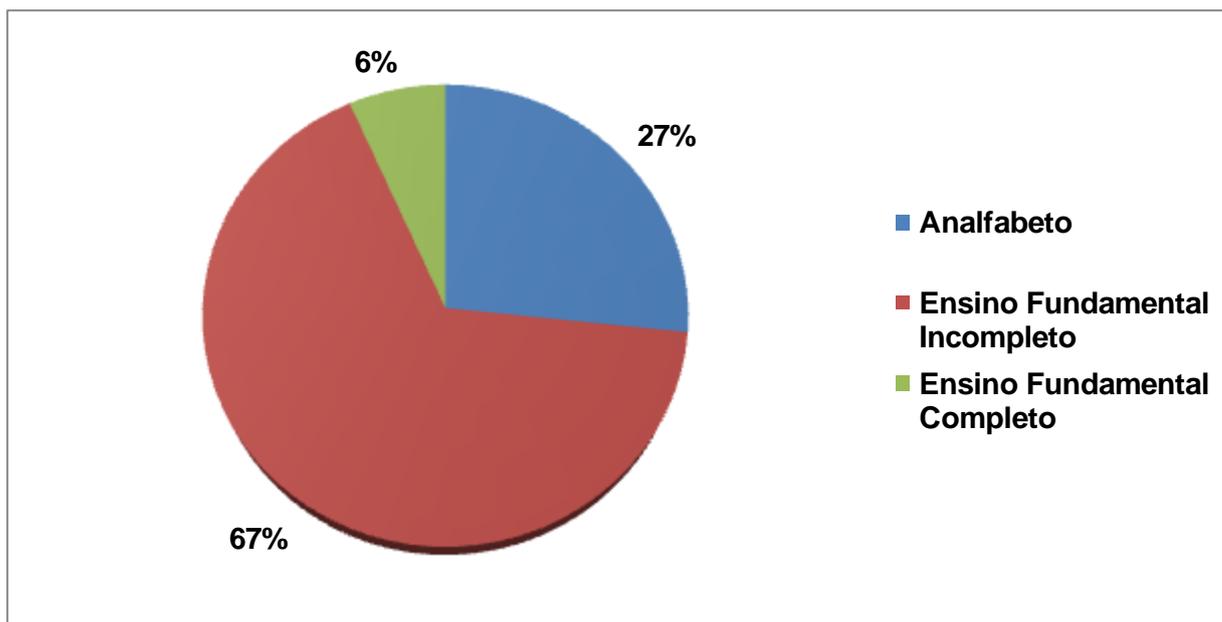
Ao observarmos o gráfico percebemos que a grande maioria de famílias representadas pelas suas genitoras, mães têm de 20 a 35 anos, chegando a quase 50% das entrevistadas. Sendo 40% com idade de 36 a 50 anos e uma minoria de 13% com idade superior a 50 anos.

Podemos perceber que a grande maioria são pessoas jovens e com idade para estar ativamente no mercado de trabalho, mas por motivos de falta de oportunidades e pela tão abrangente desigualdade social estão em níveis de pobreza e extrema pobreza, não conseguindo trabalho para superar essa situação social. No que se refere à minoria de idade superior a 50 anos, podemos concluir que as mesmas por residirem em um bairro que a principal atividade é a

anos e com isso aumentam a renda familiar e muitas vezes as excluem do perfil exigido pelo programa.

A maioria das famílias desse bairro encontra-se em situação de vulnerabilidade social, sofrendo com a desigualdade social, com os impactos do capitalismo, com a falta de emprego formal e com as poucas oportunidades de superação de suas situações, e encontrando nas atividades agrícolas um meio de trabalho e no PBF a sua única estabilidade financeira, mesmo sendo mínima.

GRÁFICO 03: ESCOLARIDADE



Fonte: Primária, 2012.

Diante do exposto no gráfico, podemos evidenciar que a grande maioria das genitoras das famílias possui ensino fundamental incompleto representando de 67%, e que uma boa parte ainda são analfabetas, sendo 27% das participantes, e apenas 01 tem o ensino fundamental completo, representando 6%. Esse índice nos mostra que ainda há um baixo nível de escolaridade e que isso dificulta e influencia o discernimento das famílias com relação ao que são seus direitos e deveres.

Como já citado anteriormente, o bairro onde residem essas famílias é um bairro pobre, situado em uma cidade pequena e com poucas oportunidades de desenvolvimento para elas, que muitas vezes tiveram que abandonar e/ou

interromper seus estudos para trabalhar e manter o sustento da casa. E como, também, a atividade agrícola é a principal fonte de trabalho, e não possuem idade mínima para ingressar, muitas dessas genitoras tiveram que começar a trabalhar ainda muito jovens, abandonando os estudos.

Ainda podemos analisar que a maioria das entrevistadas são jovens com idades de 20 a 35 anos, como visto no gráfico anterior, estando em idade apta a estarem inseridas no mercado de trabalho, mas como exposto no gráfico, 67% não concluíram o Ensino Fundamental, dificultando a sua entrada no mercado de trabalho.

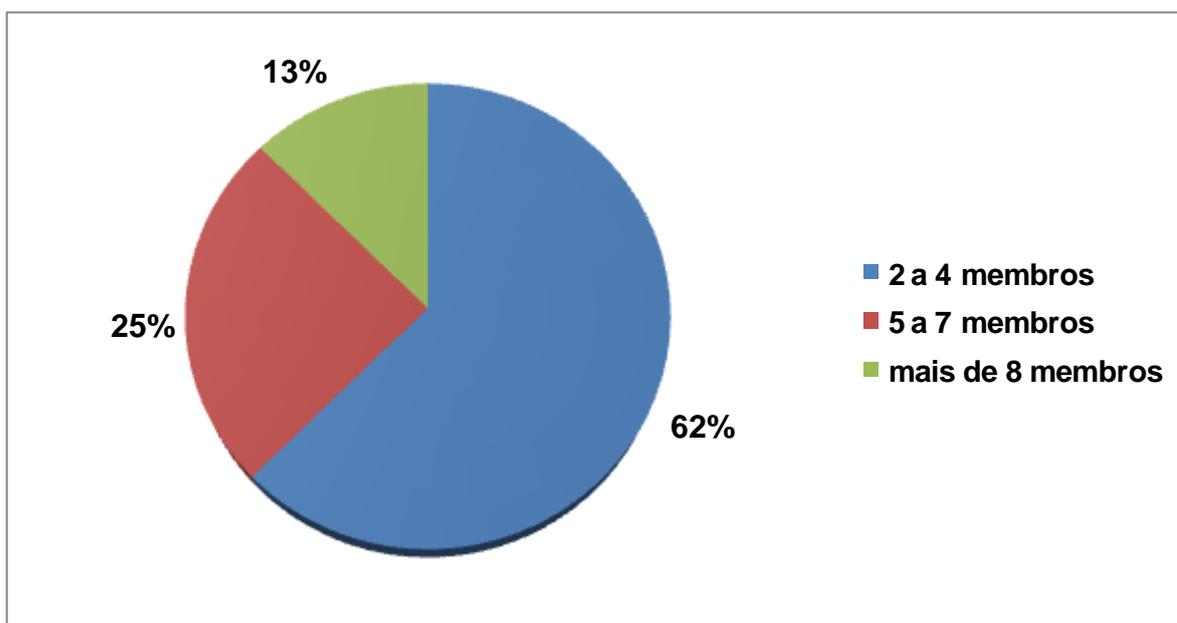
Como bem evidencia Weissheimer (2006, p.43):

[...] Outro desafio, neste mesmo contexto, é a integração no mercado

de trabalho dos jovens das camadas mais pobres e com menor índice de escolarização. Segundo dados do IBGE, o índice de desemprego entre pessoas com nível superior é de 5%; entre pessoas com ensino médio é de 12% e entre aquelas que possuem apenas o ensino fundamental sobe para algo entre 20% e 30%.

Como vemos, quanto menor o nível de escolaridade menores também são as chances de integração no mercado de trabalho e assim menores são as chances de progressão e superação do nível socioeconômico em que as famílias beneficiárias estão vivendo em nosso país.

GRÁFICO 04: MEMBROS NA FAMÍLIA



Fonte: Primária, 2012.

Ao analisarmos o gráfico podemos perceber que uma parcela de 62% das

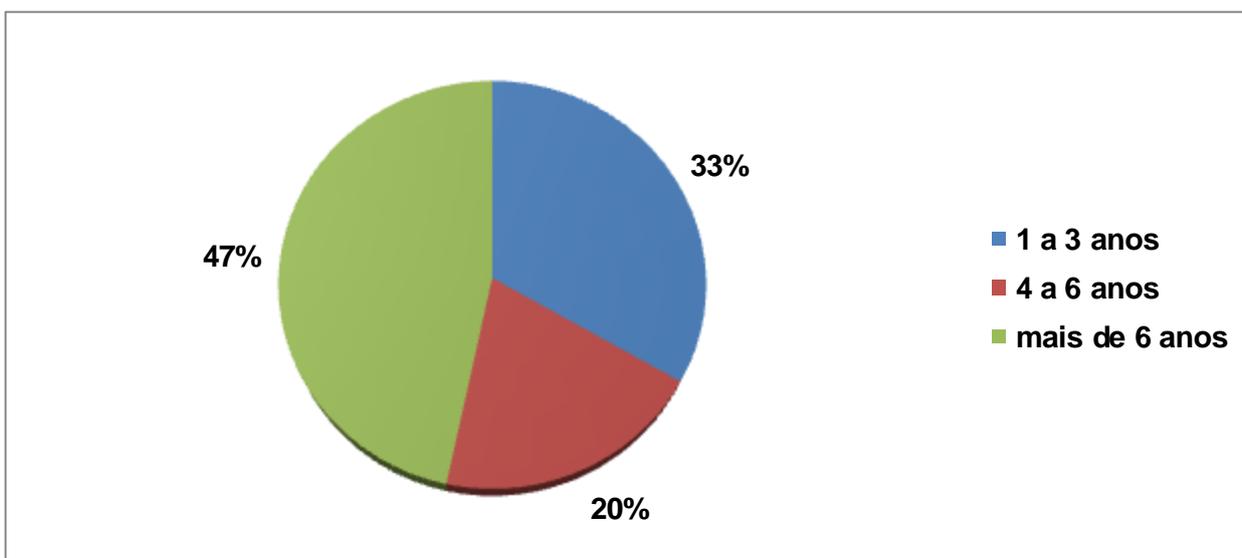
famílias possui em sua configuração de 2 a 4 membros, uma composição aparentemente mais comum no Brasil.

Vemos que 25% têm de 5 a 7 membros

compondo a família e apenas 13% famílias mais numerosas com mais de 8 membros.

Como se pode ver, a maioria das famílias são compostas de 2 a 4 membros, isso nos mostra que a renda econômica dessas famílias é baixíssima, pois se para receber o benefício as famílias devem ter uma renda de até 70,00 reais por pessoa, no caso de não haver crianças e adolescentes em sua composição, é pertinente afirmar que para uma família de 4 membros, por exemplo, a renda familiar chega apenas a 280,00 reais, um valor baixo para sustentação de uma família, levando em consideração aos altos preços dos bens alimentícios, das vestimentas e tantos outros produtos essenciais a vida.

GRÁFICO 05: TEMPO QUE RECEBE O BENEFÍCIO



Fonte: Primária, 2012.

Diante do gráfico fica notório que a maioria das entrevistadas recebe o PBF há bastante tempo, sendo que 47% das famílias recebem a mais de 6 anos, 33% estão inseridas no programa de 1 a 3 anos e 20% recebem de 4 a 6 anos. Pode se perceber que praticamente metade está inserida no programa desde os primeiros anos de sua implementação, pois o mesmo foi implementado em 2004 com a junção dos programas remanescentes.

É considerável destacar que uma de nossas entrevistadas ressaltou:

Há faz é tempo que recebo programa, “tá” com uns 9 anos ou mais que eu recebo o Bolsa família [...], foi “desdo” tempo que meu filho começou a estudar... Faz tempo já. (Entrevistada 06¹).

Assim pode-se perceber que algumas famílias que recebiam, anteriormente, algum Programa Remanescente, no caso da entrevistada a mesma recebia o Programa Bolsa Escola, passaram a receber o Programa Bolsa Família, estando no perfil exigido do Programa.

É notório, também, que as famílias estão recebendo há muito tempo o programa e isso se faz concluir que as mesmas não estão conseguindo progredir e

superar sua situação de vulnerabilidade social, já que o programa é apenas um meio para o sustento e “[...] Pode parecer um paradoxo, mas não é. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiados deixem de sê-lo.” (WEISSHEIMER, 2006, p.39). Vemos que o principal objetivo do PBF, ainda, não está conseguindo se concretizar e para essa concretização é necessário mais tempo.

Depois de se analisar, inicialmente, o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, iniciaremos a análise das entrevistas, em que através das falas e dos relatos poderemos compreender o que o programa representa na vida de quem o tem como um meio de sustento da família.

A entrevista torna-se de suma importância, pois como bem cita Richardson (2008, p.207):

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem caráter inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos.

Compreendendo toda a importância da entrevista para obtermos os objetivos de nossa pesquisa, iniciamos indagando-as sobre quais são os objetivos do Programa

¹ Entrevistada 6 – Senhora de 32 anos, união estável, possui 2 filhos, ensino fundamental incompleto.

Bolsa Família. As respostas mais relevantes foram:

O objetivo é ajudar na melhoria das famílias, para retirá-las de extrema pobreza e ajudava elas. (Entrevistada 06);

[...] acho que é para gastar com as crianças... meus filhos só vão para a escola arrumados, gosto de comprar “coisas” boas... os cadernos deles são dos mais “caros”. (Entrevistada 01²);

É pra ajudar [...] ele serve para várias coisas [...] pra mim serviu muito agora paguei três meses de aluguel, quando “tava” separada [...] e serve para comprar roupas, sapatos, alimentos... (Entrevistada 14³);

É pra comprar material escolar, fardas, roupas... é pra “nois” sustentar os filhos, porque agora eles só querem cadernos “bom e é “caro” e tem comprar as fardas, a gente compra é coisa. (Entrevistada 03⁴);

Como se pode perceber as famílias não sabem realmente quais são os objetivos do PBF, elas acreditam que objetivos é a destinação do recurso do

² Entrevistada 01 – Senhora de 24 anos, casada, 3 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto

³ Entrevistada 14 – Senhora de 42 anos, separada, 3 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto;

⁴ Entrevistada 03 – Senhora de 43 anos, casada, 9 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto;

PBF, e acreditam que o programa é destinado para comprar algo, principalmente para os filhos. Notamos que apenas a Entrevistada 06 aproxima-se dos objetivos do Programa Bolsa Família que são desde o alívio imediato da pobreza até mesmo a promoção de oportunidades de desenvolvimento familiar.

Vemos diante dos relatos das entrevistadas que as mesmas atribuem inúmeros objetivos e serventias ao programa no que diz respeito aos recursos e o usam principalmente para comprar bens alimentícios, vestimentas, calçados e material escolar para os filhos. Algumas das entrevistadas evidenciaram que usam o programa para comprar especialmente material escolar e fardamentos para os filhos, percebemos que elas confundem o Programa Bolsa Família com o antigo Programa Bolsa Escola.

Buscou-se analisar, também, se as famílias têm conhecimento sobre as condicionalidades do Programa, e se as mesmas sabem o porque de cumprir tais condicionalidades. De início percebeu-se que as famílias não souberam o que são realmente as condicionalidades e evidenciaram isso nas seguintes falas:

Não sei o que é direito não as condicionalidades, só sei que se

“nois” não cumprir “cortam” o programa. (Entrevistada 02⁵);

Serve para “nois” não perder o programa (Entrevistada 08⁶);

Serve para melhorar a saúde e a educação do povo que recebe. (Entrevistada 06);

As condicionalidades serve pro programa mesmo, porque se não cumprir perde o benefício (Entrevistada 09⁷);

É para aumentar as responsabilidades dos pais, eles tem que levar os filhos pra escola, tem que vacinar e tem que ir pras reuniões do CRAS. (Entrevistada 10⁸);

Diante das falas, analisou-se que as famílias não compreendem o que são e também para que se deve cumprir as condicionalidades; contudo, na visão das mesmas as condicionalidades estão mais ligadas a um cumprimento forçado por receio a uma punição advinda do Estado, o que viria na forma de perda do benefício. De certo, estas famílias não compreendem

⁵ Entrevistada 02 – Senhora de 47 anos, casada, 3 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto;

⁶ Entrevistada 08 – Senhora de 31 anos, união estável, 6 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto;

⁷ Entrevistada 09 – Senhora de 44 anos, separada, 4 filhos e analfabeta;

⁸ Entrevistada 10 – Senhora de 24 anos, união estável, 1 filho e possui Ensino Fundamental Completo;

que tais condicionalidades representam na verdade direitos constituídos no que concerne à representatividade do termo cidadania.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.143).

Uma das entrevistadas evidenciou bastante a presença das crianças na escola, como se fosse a principal condicionalidade a ser cumprida, ressaltando que:

Serve pra todos aprenderem, porque tem que levar o filho pra escola, não pode deixar eles “faltar” pra não perder o benefício. (Entrevistada 04⁹)

Fica evidenciado que, ainda, há uma comparação ou até mesmo um equivoco entre o significado das condicionalidades do antigo Bolsa Escola e do Programa Bolsa Família que não tem como principal condicionalidade a área da educação, e essa condicionalidade não tem como principal critério o cancelamento do

⁹ Entrevistada 04 – Senhora de 29 anos, solteira, 2 filhos e analfabeta.

programa, mas tem como objetivo, segundo Weissheimer (2006, p.104): “O objetivo deste tipo de condição e controle não é cancelar benefícios, mas sim ter um olhar atento sobre a situação educacional de crianças e adolescentes das famílias pobres.”

Nota-se, mais uma vez, que os beneficiários não conseguem distinguir em que momento os antigos programas deixaram de fazer parte da sua renda. Contudo, vê-se ainda que da parte do governo há uma lacuna relacionada ao significado dos atuais programas de transferência de renda com o próprio Programa Bolsa Família. Assim, para os beneficiários essas condicionantes não ficam claras, já que falta uma preparação e um planejamento por parte do Estado para discernir entre os beneficiários que as condicionalidades são formas de facilitar a acessibilidade e a garantia aos seus direitos, que para muitos esses direitos, ainda, estão muito distantes da sua realidade.

Após analisar-se a compreensão dos beneficiários em relação aos objetivos e condicionalidades do PBF, buscou-se analisar se houve alguma acomodação por parte dos beneficiários após serem inseridos no programa e terem o benefício garantido. Indagamos se os mesmos ficaram tranquilos com relação a não

encontrar emprego, e obteve-se como respostas:

Fiquei muito tranquila, é uma grande ajuda e eu sozinha pra criar dois filhos é a garantia que tenho todo mês [...] é tão difícil arrumar emprego, tem emprego de roça quando tem inverno, mas quando tá na seca fica é difícil, ai eu tenho só o Bolsa Família mesmo. (Entrevistada 04)

Fiquei, porque eu procurava e nunca arrumava emprego [...] aí eu tenho esse pouco todo mês pra garantir o sustento, porque quando meu marido não “tá” trabalhando o dinheiro do Bolsa Família ajuda muito, graças a Deus;(Entrevistada 03)

Fiquei tranquila e não procurei mais emprego, o povo quer pagar bem “pouquim” e eu já tenho o dinheiro do cartão todo mês pra ajudar, ai eu não procurei emprego mais não. (Entrevistada 09)

Não fiquei tranquila, porque tem que ter emprego pra completar se não “num” dá pra viver não, as coisas “tá é cara”, tem que arrumar trabalho pra completar. (Entrevistada 12¹⁰)

Eu fiquei tranquila, mas procuro emprego e trabalho de vez enquanto nas casas do povo pra ganhar e completar pra fazer a feira e pagar as “conta”. (Entrevistada 15¹¹)

¹⁰ Entrevistada 12 – Senhora de 52 anos, casada, 1 filho e possui Ensino Fundamental Incompleto;

¹¹ Entrevistada 15 – Senhora de 50 anos, casada, 2 filhos e analfabeta.

Percebe-se claramente que a maioria das entrevistadas sentem-se tranquilas em relação a não encontrar emprego, as mesmas vêm no Programa a garantia do seu sustento mensal e deixam, até mesmo, de procurar emprego. Nota-se, também, que algumas das entrevistadas acham que a quantia do benefício é baixa e vêm a necessidade de trabalhar para completar, mas também vêm que as remunerações oferecidas por pequenos trabalhos diários são baixas e para algumas não é compensatório trabalhar, já que tem a garantia de receber o benefício.

Esse ponto do Programa Bolsa Família acomodar ou não os seus beneficiários é bastante discutido nos dias atuais, para muitos o Benefício é apenas uma complementação da renda, para outros o programa é a própria renda em si, é o salário mensal por cumprir o que se é estabelecido, ou seja, suas condicionalidades, sendo remunerado em ter acesso aos seus direitos.

A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Tereza Campello, em entrevista ao *Programa Bom Dia Ministro*, no dia 05 de abril do corrente ano, ressaltou que as famílias que possuem o PBF trabalham sim, mas na maioria das vezes em trabalhos informais.

Segundo o site do MDS, que evidenciou as palavras da Ministra:

Bolsa Família – A ministra lembrou também o resultado de pesquisa que mostra que 70% dos adultos que recebem o benefício do Bolsa Família trabalham. “Não é verdade que o Bolsa Família acomoda. Muitas vezes, os trabalhos são informais ou os vínculos de emprego são frágeis”. Levantamento feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), acrescentou ela, mostra que 8% dos beneficiários do Bolsa Família já conseguiram montar seu próprio negócio. (Programa Bom Dia Ministro, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, *on line*)

Como se percebe, para o Estado, e diante das pesquisas, o Programa Bolsa Família não está sendo encarado como um método de acomodação ou como um salário, sendo que muitos beneficiários trabalham em empregos informais para complementar sua renda. Contudo, para eles o Programa está se objetivando e conseguindo, até mesmo, ajudar aos beneficiários a montarem seus próprios negócios.

Diante de nossas entrevistas, vê-se que as famílias relatam, de uma certa maneira, que estão tranquilas ou até mesmo acomodadas, pois tem o benefício todos os meses garantido e que os trabalhos não estão sendo bem

remunerados, já que as mesmas recebem o benefício sem nenhum esforço, só para terem acesso aos seus direitos já garantidos constitucionalmente.

Faz-se necessário um melhor esclarecimento e preparação dos beneficiários do Programa para que os mesmos compreendam que o Bolsa Família objetiva tirá-las da situação de pobreza em que se encontram e não como um meio de acomodação e tranquilidade em ter ou não o emprego, sendo que para eles arrumar um emprego formal e aumentar sua renda pode ser um risco de perder o benefício, assim preferem na maioria ter o Programa Bolsa Família garantido do que a riscar-se a perdê-lo.

De acordo com Raul Cristiano (2011, p.2) jornalista que dirigiu o Programa Bolsa Escola no governo de Fernando Henrique Cardoso, que cita claramente isso em seu Artigo: Bolsa Família não é salário! :

Precisamos mudar o foco da atenção governamental nas parcelas assistidas pelos programas de renda mínima. A política de dar o peixe e ensinar a pescar não deve ser para sempre. Por isso acho que a área econômica do governo federal, em sintonia com os Estados e Municípios, deve encontrar meios de garantir ao beneficiário do Bolsa Família, que hoje ganha mais com o benefício sem nenhum esforço de contrapartida, uma valorização profissional e salarial mais digna.

No propósito de compreender-se se o Programa Bolsa Família trouxe uma acomodação aos beneficiários ao perguntarmos se a única renda das entrevistadas era a do benefício do Bolsa Família, obtivemos as seguintes respostas:

Sim minha única renda é o Bolsa Família, eu e meu marido não estamos trabalhando, nosso sustento é o dinheiro do cartão e as vezes, muito difícil, quando ele arruma um serviço pra fazer, mas agora na seca num tem não. (Entrevistada 07¹²);

Sim, eu tava trabalhando mês passado de carteira assinada até, mais pedi pra sair, num aguentei não, eles explora demais e meu marido só trabalha as vezes quando aparece algum “bico”. (Entrevistada 01);

Não, lá em casa tem o aposento do meu menino deficiente, mas eu digo logo, o aposento dele eu gasto só com ele, o Bolsa Família é que sustenta a casa. (Entrevistada 02);

Não, eu sou empregada graças a Deus, trabalho na prefeitura, mas o Bolsa Família ajuda tanto, Deus me livre de perder, porque tu sabe né? É uma garantia e ajuda muito a gente. (Entrevistada 11¹³).

¹² Entrevistada 07 – Senhora de 33 anos, união estável, 2 filhos e analfabeta;

¹³ Entrevistada 11 - Senhora de 51 anos, união estável, 1 filho e possui Ensino Fundamental Incompleto.

Fazendo uma análise quantitativa das 15 entrevistadas, vê-se que 9 tem o Programa Bolsa Família como única renda, um total de 60%, 3 possuem Benefício de prestação continuada (BPC), 20%, 2 trabalham como servidores públicos efetivos sendo 13%, e 1 tem como complemento da renda a pensão dos filhos, um total de 7%.

Nota-se que a grande maioria tem apenas o Bolsa Família para prover o sustento da família, e as que possuem empregos ou outra renda complementar, enfatizam nas suas falas que o Programa é o responsável pelo sustento da família, demonstrando claramente a preocupação em perdê-lo.

Isso comprova que há, por parte da maioria dos beneficiários o receio de perder o benefício, fazendo com que os mesmos não procurem empregos ou até mesmo abandonem os seus trabalhos para não correrem o risco de terem uma renda superior à exigida pelo programa e com isso ocasionando o desligamento do benefício.

Cristiano (2011, p.01) cita em seu artigo:

[...] a mesma pesquisa expôs que o beneficiário da Bolsa Família é inconstante no emprego: metade dos contratados no mercado formal permanece pouco menos de um ano e 30% perdem seus empregos em menos de seis meses. Não chega a 25% o número de recontratados em

novas vagas e, dessa maneira, o Brasil cristaliza uma condição social que, se não for modificada com políticas públicas emancipatórias – educação continuada para o trabalho - pode ficar dependente do Estado até o final de suas vidas.

Muito notável diante de todos os relatos das entrevistadas que o Programa Bolsa Família é a principal renda, ou melhor, é a renda garantida todo mês para o sustento dessas famílias. Em razão disso questionamos sobre como essas famílias usam esse recurso, como essas famílias realizam suas compras no comércio, se as mesmas compram de acordo com o valor que recebem ou se gastam mais, e de que maneira efetuam o pagamento, visto que o Programa transfere valores, no que se pode afirmar, mínimos para uma boa qualidade de vida.

As respostas mais interessantes foram as seguintes:

Eu compro mais, porque tá tudo muito “caro” e quando vou pagar eu pago com o dinheiro do cartão do Bolsa Família e as vezes “intero” com o dinheiro da pensão dos meus meninos [...] mas tem mês que fico devendo na bodega. (Entrevistada 13¹⁴);

Compro bem mais que o do Bolsa Família, lá em casa “é” 11 pessoas

¹⁴ Entrevistada 13 – Senhora de 37 anos, solteira, 3 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto.

o dinheiro do cartão não dá nem pra começar, porque tem que comprar o material da escolas das crianças, fazer a feira e ainda tem remédios que tão é caro, eu compro minhas coisas fiado e pago por mês e o aposento de minha filha as vezes dá pra ajudar a pagar, mas tem mês que eu gasto todo de remédio pra ela. (Entrevistada 03);

Gasto mais é a realidade dos pobres é sempre comprar mais, comprar fiado e pagar por mês. Eu tem mês que compro roupa, sandália e fico pagando as prestações, tem mês que o dinheiro só da pra pagar no mercantil e a carne, aí a gente vai se “virando” um mês paga a um, outro mês paga a outro e assim vai, né?. (Entrevistada 05¹⁵);

Eu gasto só R\$ 50,00 de feira e o que sobra do dinheiro do Bolsa Família eu pago a carne, que as “vez” eu compro, pago a água e a luz. [...] roupas e sandálias eu não compro não, o povo me dá e é muito, até colônia eles me dão. (Entrevistada 15).

Diante dos relatos fica evidenciado que os recursos do Programa Bolsa Família seu recurso não supre todas as necessidades das famílias, uma vez que esse não é o seu propósito, mas ainda há uma grande parcela dos beneficiários que o vê como a garantia de vida, deixando de buscar emprego, de buscar maneiras de superar sua condição socioeconômica.

Expressa-se, também, uma grande lacuna deixada pelo Estado de preparar essas famílias para que as mesmas consigam constatar o significado do programa, seus objetivos e com isso buscar maneiras de melhorar sua situação de vulnerabilidade e não de continuarem estáticas em criticas situações, e dependentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe se que “desde que existem pobres, há gente que se preocupe com eles” (ESTEVÃO, 1999, p.10), e essa preocupação vem se caracterizando, com o passar do tempo, em diferentes maneiras e intenções de intervenção.

O Estado entra nesse cenário, de início com um caráter repressivo e punitivo, entendendo que a vulnerabilidade social é algo natural ou é um tipo de vagabundagem, deixando a classe trabalhadora e pobre à mercê de sua própria sorte.

Atualmente, após inúmeras conquistas na área do social, vê-se um Estado mais comprometido na garantia dos direitos da população, mas sabe-se que todo esse comprometimento é um dever do mesmo, e não um ato de boa intenção ou paternalismo de sua parte. Os investimentos estatais na superação de uma das maiores, ou talvez a maior, expressão

¹⁵ Entrevistada 05 – Senhora de 29 anos, solteira, 3 filhos e possui Ensino Fundamental Incompleto.

da questão social, a pobreza, se dá atualmente de forma a transferir renda com as políticas de transferência de renda e seus programas assistenciais como o Programa Bolsa Família, onde passam para a grande massa que o recebe o perfil de ampliação real de redistribuição de renda, atingindo um caráter universalista, provendo ações voltadas para facilitar a acessibilidade aos direitos garantidos constitucionalmente e, portanto, buscando superar a situação de pobreza e extrema pobreza dos brasileiros.

Mas ao nos aprofundarmos nos estudos da temática, vemos que o Programa Bolsa Família tem suas estratégias que beneficiam o Estado e a classe burguesa em geral, pois o mesmo ao transferir renda beneficia o consumo, e proporciona a entrada das famílias pobres no mundo do mercado, o que Behring, et al (2008) vem denominar de Ciclo Vicioso “no qual o aumento da capacidade de consumo das famílias trabalhadoras estimula o investimento, o que, por sua vez, reverte em aumento dos rendimentos dos primeiros.”(BEHRING, ET AL, 2008, p.145).

Além desse favorecimento à ótica do mercado, o programa possui um grande favorecimento ao Estado, onde a maioria da população beneficiária não tem a apreensão dos seus direitos e vê o programa como uma boa ação, uma ajuda do Estado a quem precisa, e assim o Estado

ganha a aceitação e a simpatia de grande parte da população.

Há de se destacar, também, que quando a população beneficiária cumpre com as condicionalidades do programa, além das mesmas estarem garantindo os seus direitos na área da saúde, educação e assistência, estão, de uma certa maneira, contribuindo para essas políticas, pois estão contribuindo para um país sem analfabetos, sem mortalidade infantil entre outros pontos. Como se ao mesmo passo que os beneficiários ganham, em contrapartida o Estado também ganha.

O programa Bolsa Família em todo o seu contexto não merece apenas críticas, ele tem um importante significado na vida de muitos brasileiros. Ao o compreendermos em sua amplitude, vê-se que seus objetivos e suas condicionalidades favorecem e facilitam o acesso da população pobre aos seus direitos, às políticas sociais e públicas que auxiliam na superação da situação de pobreza e extrema pobreza dos brasileiros.

Diante dos relatos das entrevistadas, nota-se a representatividade que o programa tem, o que para a grande maioria dos beneficiários é a única forma de sustento garantido mensalmente. Nota-se, também, que o programa dá uma tranquilidade a seus beneficiários, no caso de não arrumar emprego, e isso de certa forma acomoda essas famílias que não

compreendem que o programa é apenas um meio de superação de sua situação e não um benefício para toda a vida.

Verifica-se de acordo com os relatos que a maioria da população beneficiária não tem uma compreensão do Programa Bolsa Família, de seus objetivos, suas condicionalidades e sua intenção. Confundem-se com os programas anteriores e acreditam que os objetivos do programa são de usar o benefício para adquirir bens alimentícios e materiais escolares para os filhos. A noção de promoção dos direitos sociais básicos e promoção de oportunidade de desenvolvimento das famílias não são elencados pelas famílias.

As condicionalidades são compreendidas pelas famílias como regras, obrigações a serem seguidas para não ocasionar a perda do benefício. As mesmas não compreendem os seus direitos e não entendem que ao cumprir com as condicionalidades estão apenas exercendo os seus direitos garantidos constitucionalmente.

Diante do exposto, acredita-se que se conseguiu alcançar os objetivos geral e específicos dessa pesquisa, pois compreende-se a representatividade do programa na vida de seus beneficiários ao ver-se que para a grande maioria o programa é a única renda garantida para o sustento da família. Se apreende, também

que o programa proporciona aos seus usuários uma garantia de renda para aqueles que não têm nenhuma outra forma de garantir o sustento da família e se identifica o entendimento das famílias sobre o programa e como tudo isso pode influenciar e/ou modificar a vida de cada família beneficiária.

Dessa forma, acredita-se que há uma falta de preparação dessas famílias por parte do Estado, para que as mesmas compreendam seus direitos, compreendam o que o programa oferece realmente e que possam entender que o Bolsa Família é apenas uma passagem que busca superar a situação de vulnerabilidade social das mesmas e não um benefício para a sustentação de toda uma família.

Tudo isso leva-se a pensar em uma nova problemática: Se o Estado preparar essas famílias, explicando as reais finalidades do programa, seus objetivos e suas condicionalidades, essas famílias irão continuar tendo a mesma simpatia e aceitação diante do Estado? Ou até mesmo será se o Estado é capaz de explicar esses pontos e perder o seu status de bondoso e caridoso diante da pobreza?

São temáticas e questionamentos para próximos estudos que virão a ser feitos acerca do Programa Bolsa Família e sua representatividade na vida dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Prata. **Um retrato do Brasil : balanço do governo Lula** . — 1. ed. — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. — (Coleção Brasil urgente)
- BEHRIHG, Elaine Rossetti.et al. “ **O Plano Plurianual do governo Lula: um Brasil de todos?**” In: FREIRE,Lúcia M.B, FREIRE Silene de M.,CASTRO Alba T. Barroso (orgs.). “**Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI.**” 2ª ed. São Paulo: Cortez ;Rio de Janeiro, UERJ,2008.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL, **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 9.ed – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.**
- Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Brasília - DF, 2011.**
- CASTRO, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais** -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília – DF, 2011.**
- COUTO, Berenice Rojas, et al: **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2011.
- CRISTIANO, Raul. **Bolsa Família não é salário!**, 2011. Disponível em < <http://raul.blog.br/1104/bolsa-familia-nao-e-salario/>> acesso em: 20.Set.2012
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** - 17ª edição - São Paulo, Cortez, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural. (Col. Os Economistas 1988).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura Política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** – São Paulo: Cortez, 2003.
- REGO, José Marcio & MARQUES, Rosa Maria (orgs). **Formação Econômica Do Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2009
- RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.
- SAGI/ Relatórios de Informações Sociais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível Em < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php> > Acesso em 20. Set. 2012.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e, et al. **A Política Social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 3 ed – São Paulo: Cortez, 2007.

